

CARTÓRIO NOTARIAL DE GABRIEL J RODRIGUES FERNANDES

Rua das Comunidades Madeirenses, nº 7 C – 9350-210 Ribeira Brava
Tef. 291 952 230 Fax: 201 951 690
E-mail – notário.gabriel@mail.telepac.pt
(publicado no Tribuna da Madeira a 12-04-2013)

Certifico para fins de publicação que por escritura lavrada a nove de Abril de 2013, exarada de folhas sessenta e quatro e seguintes, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 197-A, deste Cartório Notarial, José Luís Macedo da Silva, Nif 171.712.218 e mulher Maria Lídia Abreu Gonçalves da Silva, Nif 182.521.080, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais da freguesia da Tabua, concelho da Ribeira Brava, onde residem ao sítio da Ribeira, declararam-se com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores, de dez prédios, sendo o primeiro urbano e os restantes rústicos, localizados na freguesia da Tabua, concelho da Ribeira Brava, não descritos na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Brava, a saber:

I) - Urbano, ao sítio da Ribeira, com a área de trinta e seis vírgula oitenta metros quadrados, a confrontar ao norte com Domingos Abreu Macedo, sul, leste e oeste com o proprietário, inscrito na matriz sob o artigo 20, com o valor patrimonial de € 311,74 e com o valor atribuído de dois mil euros.

II) - No sítio da Porta Gaiola, com a área de trinta e três metros quadrados, a confrontar ao norte e oeste com Maria Rosa, viúva, sul com Domingos Santos Trompica e leste com António Abreu Miguel, inscrito na matriz sob o artigo 5956, com o valor patrimonial de € 0,76 e com o valor atribuído de dez euros.

III) - No sítio da Porta Gaiola, com a área de mil trezentos e oitenta e sete metros quadrados, a confrontar ao norte e leste com Domingos Santos Trompica, sul com Maria de Jesus, viúva e filhos e com Manuel Rodrigues Marques e irmãos, inscrito na matriz sob o artigo 5958, com o valor patrimonial de € 12,70 e com o valor atribuído de duzentos euros.

IV) - No sítio da Porta Gaiola, com a área de quinhentos e quarenta metros quadrados, a confrontar ao norte com Manuel Raiz Marques e irmãos, sul com Manuel Abreu Braz Tio, leste com a levada e oeste com João Maria Gonçalves, inscrito na matriz sob o artigo 5969, com o valor patrimonial de € 1,26 e com o valor atribuído de cinquenta euros.

V) - No sítio da Porta Gaiola, com a área de quatrocentos e trinta e seis metros quadrados, a confrontar ao norte com Manuel Abreu Braz, sul com Domingos Santos Trompica, leste com António de Jesus e outros e oeste com a vereda, inscrito na matriz sob o artigo 6003, com o valor patrimonial de € 5,91 e com o valor atribuído de quarenta euros.

VI) - No sítio da Porta Gaiola, com a área de quatro mil seiscientos e sessenta metros quadrados, a confrontar a norte com o lanço, sul com Manuel Rodrigues Marques e outros, leste com a levada e oeste com António de Jesus e outros, inscrito na matriz sob o artigo 6006, com o valor patrimonial de € 29,67 e com o valor atribuído de duzentos euros.

VII) - No sítio da Ribeira "Calçada", com a área de quatrocentos e oito metros quadrados, a confrontar ao norte com o ribeiro, sul com Manuel Pestana Garcês, leste com Manuel da Corte e oeste com o caminho, inscrito na matriz sob o artigo 7199, com o valor patrimonial de € 8,17 e com o valor atribuído de cinquenta euros.

VIII) - No sítio da Ribeira "Porta Pereira", com a área de quarenta metros quadrados, a confrontar ao norte com Manuel da Corte, sul e leste com Manuel Gomes Pereira e oeste com António Gomes Pereira Júnior, inscrito na matriz sob o artigo 7232, com o valor patrimonial de € 0,76 e com o valor atribuído de vinte euros.

IX) - No sítio da Ribeira Calçada, com a área de cento e dez metros quadrados, a confrontar ao norte e sul com Domingos Abreu Bairos da Calçada, leste com Manuel Gomes Duarte Neto e oeste com Francisco Santos, inscrito na matriz sob o artigo 7003, com o valor patrimonial de € 2,77 e com o valor atribuído de cem euros.

X) - No sítio da Ribeira Calçada, com a área de cento e dez metros quadrados, a confrontar ao norte e sul com Domingos Abreu Bairos da Calçada, leste com Agostinho Abreu Macedo e oeste com o caminho, inscrito na matriz sob o artigo 7004, com o valor patrimonial de € 2,77 e com o valor atribuído de cem euros.

Que, os prédios supra identificados, vieram à sua posse da seguinte maneira: os identificados de I) a VIII), no ano de mil novecentos e oitenta e oito, por compra verbal e não titulada, feita a Manuel das Laranjeiras Gonçalves e mulher Maria dos Santos, também conhecida por Maria dos Santos Neto, casados sob o regime da comunhão geral, residentes que foram ao sítio da Ribeira, dita freguesia da Tabua e os identificados em IX) e X), no ano de mil novecentos e oitenta e seis, por doação verbal e não titulada, efectuada por António Teles e mulher Maria dos Santos Macedo, casados sob o referido regime de bens e residentes que foram na dita freguesia da Tabua, que por sua vez, os haviam adquirido por compra verbal e não titulada, feita a Agostinho Abreu Macedo da Calçada, solteiro, maior, residente que foi ao mencionado sítio da Ribeira.

Que, no entanto, entraram desde essa altura na posse e fruição dos ditos prédios, limpando-os, habitando a casa e pagando as respectivas contribuições ao Estado.

Que, esta posse tem sido exercida sem interrupção, à vista de toda a gente e sem violência ou oposição de quem quer que seja, de forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, exercendo-a, pública, pacífica, contínua e em nome próprio, dos citados imóveis, pelo que os adquiriram a título originário, por usucapião, que invocam para justificar o seu direito de propriedade para fins de registo.

Esta conforme com o original.

Cartório Notarial Privado do Notário Gabriel Fernandes, sito na Ribeira Brava, 09 de Abril de 2013.

O Notário
Gabriel José Rodrigues Fernandes

Entrevista feita a José Eduardo Franco e a Pedro Calafate¹

Obra Completa do Padre António Vieira Futuros de esperança...

Poeta, prosador, pregador, homem de fé.

Entrevista por Ana Teresa Feneira

Dar ao mundo Vieira. Toda a riqueza humana e vivencial daquele que foi um dos mais surpreendentes homens de todos os tempos. A sua obra atravessou os séculos plena de vigor, inteligência e atualidade. Sob a direção dos historiadores José Eduardo Franco e Pedro Calafate, tentámos saber mais sobre o projeto editorial que reuniu uma equipa internacional de especialistas e que revela inéditos encontrados pelo mundo da obra de Padre António Vieira.

Com a edição desta obra parecemos ter acesso à (enorme e esquecida) arca de Vieira. O que revela esta edição sobre o Padre António Vieira que ainda não soubésemos?

Esta é uma edição sonhada há mais de 150 anos por gerações diferentes de estudiosos da Língua e da Cultura Portuguesas, quer portuguesas, quer brasileiras, quer ainda oriundos de outras nacionalidades. Conhecer-se mais de uma dezena de projetos de edição da obra completa daquele que foi considerado por Fernando Pessoa como sendo o Imperador da Língua Portuguesa. Nenhum desses projetos chegou ao fim em razão de vicissitudes várias. Tentaram editores e especialistas de várias editoras e universidades portuguesas e brasileiras preparar e publicar a obra toda de Vieira desde o ano de 1851. Até houve

mesmo projetos de edição desta obra concebidos e iniciados por especialistas alemães e italianos que constituíram o pensamento de Vieira como seu objeto de estudo relevante. A dimensão, a dispersão e a complexidade dos textos de Vieira acabaram por se erguer como obstáculos fortes e conduziram todos estes projetos à sua não conclusão. Será, pois, um acontecimento cultural editar a obra completa daquele que, sem dúvida, é, ao lado de Camões na Poesia, o autor cimeiro da nossa prosa.

Nós temos em Portugal lacunas graves no plano da reunião e edição sistemática dos autores maiores da nossa cultura, sem falar dos autores menos destacados. É muito grave que ainda não disponhamos da obra toda publicada do nosso mais brilhante orador e escrito em prosa da época moderna. Assim sendo, esta obra vai oferecer, organizada tematicamente, a obra completa de Vieira de maneira atualizada e anotada, capaz de ser lida e entendida pelo grande público não especializado. A obra completa reunirá não só os escritos de Vieira que já foram objeto de edições parciais, mas também publicará vários manuscritos inéditos, desde cartas, passando por escritos político-sociais e textos proféticos sobre o futuro de Portugal e do Mundo.

Organizada a obra em quatro domínios da palavra (cartas, sermões, profética, varia), revela cada um destes domínios um Vieira diferente?

Esta obra toda permitirá conhecer e compreender a ação e o pensamento de Vieira de uma forma mais abrangente. A obra revelará a militância do missionário, a eloquência do pregador, o empenho e a argúcia política do conselheiro e diplomata ao serviço do Rei de Portugal D. João IV, o crítico vigoroso da discriminação social contra judeus e escravos, a defesa de uma sociedade cristã mais coerente que não segregasse cristãos-novos de cristãos-velhos, o denunciador da corrupção, o professor e o poeta inspirado, o anunciador de futuros de esperança em tempo de crise dolorosa com que o nosso país então se

debatia... A sua ação transbordou nos seus escritos como os seus escritos brotam da sua ação. Todos eles são unidos por um ideal poderoso que guiava Vieira e o sustentava para não desistir nem deixar que os outros desistissem. Acreditou que Portugal iria vingar como país independente quando parecia a muitos que esse projeto poderia estar condenado ao fracasso devido à cobiça das grandes potências europeias. Não só acreditou como procurou fazer, pela força sedutora da sua palavra, os seus contemporâneos acreditar que era possível. O poder da convicção, a defesa da tolerância e da dignidade de toda a pessoa humana e a importância de entregar a vida por causas nobres são alguns aspetos da vida e obra do Padre António Vieira que podem inspirar os homens e as mulheres dos nossos dias.

Houve, desde cedo, um propósito cada vez mais firme, a consumação do Reino de Cristo na Terra, a comunhão de todos os povos em Cristo, atendendo a história do futuro fundada na justiça e na paz universais, mas lembrando sempre que é a paz que depende da justiça e não o contrário. Os escritos de Vieira podem ser perspetivados em função desse sonho que foi expressando nas várias frentes em que se envolveu. A isso dedicou a sua vida, a que se referiu como a uma peregrinação vária e perpétua, abarcando não apenas o domínio intransitivo da consciência mas também o da vida do homem em sociedade. Homem e Deus, corpo e espírito, pessoa e comunidade, reinos e impérios - tudo conseguiu expressar de forma tão sublime quanto incisiva, articulando o que chamava a «esfera dos olhos» com a «esfera dos possíveis».

Esses vários géneros foram momentos de expressão do ideal de justiça universal e paz na Terra, que como cristão e homem de Igreja via já profetizado nos textos bíblicos do Velho e do Novo Testamentos, não devendo esquecer-se que o pensamento cristão supõe, desde sempre, a interpretação das Escrituras, como ponto de partida para as aventuras do espírito, bem como o comentário de um património



comum formado pela Tradição, que no entanto não se limitou a repetir, pois se via como um anão aos ombros dos gigantes da Antiguidade, vendo, por isso, mais do que eles. Como não foi homem de gabinete, nem viveu fechado numa cela (a não ser quando a Inquisição o encarceirou), via-se a si mesmo como peregrino, escrevendo «à face do mundo». Por isso, escreveu muitas vezes no calor das circunstâncias e das ocasiões, no grande teatro da pregação, daí nascendo essa proliferação de escritos e géneros. Não cremos, por isso, que possa falar-se num Vieira substancialmente diferente em cada domínio dos seus escritos, ou de um Vieira sonhador e de um Vieira pragmático, até porque muitos textos extravasavam uns nos outros, com assinalável coerência de conteúdos, assumindo-se como pontos de referência de um longo percurso que culminou na *Clavis Prophetarum*, a que se dedicou com mais afinco quando a Inquisição o deixou em paz, sobretudo a partir da década de 70. Diguemos que teve o privilégio de formular um grande projeto, e porque pensou sempre em grande, teve também uma vida extraordinária, que só teve constância no movimento, constituindo os vários géneros que enunciou na sua questão, a expressão dessa mesma riqueza.

Permitam-me que volte um pouco atrás. Como surgiu este projeto e se concretizou?

Foi possível graças à reunião de uma equipa de mais de meia centena de especialistas e investigadores oriundos de Portugal Brasil que aceitaram trabalhar concertadamente para, em conjunto, levar a efeito este projeto num período de tempo não muito longo. Foi também decisiva a disponibilidade de uma grande editora como o Círculo de Leitores para trazer a lume os resultados editoriais do trabalho desta equipa, trabalho esse que será traduzido em 30 volumes editados da obra completa e num dicionário de Vieira. Não menos decisivo foi a abertura do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa para colocar este projeto sob a égide da Reitoria desta Universidade e dar-lhe força institucional para o progresso da sua preparação. Não

menos importante foi o apoio de pequenos patrocinadores e, acima de tudo, aquele apoio que se tornou o mais decisivo de todos: o patrocínio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do seu Provedor para que este obra pudesse obter meios suficientes para a sua viabilização.

A palavra, para Vieira, era uma arma?

Vieira referia-se em tom muito crítico dos «oradores mudos», os que, sendo pregadores como ele, falavam sem consequência, sem comprometimento ou projeto, vergando-se aos tiranos e esquecendo a defesa das ovelhas que Cristo lhes confiara. Lembrava que tendo o poder espiritual da Igreja uma finalidade eminentemente espiritual, e não sendo partidário da tradição decretalista da teocracia, nem por isso estavam os eclesiásticos isentos de erguer a espada quando tal se afigurasse necessário, não fossem as pedras falar por eles, fosse a espada do poder coercivo fosse a do poder cortante e incisivo da palavra. A única condição era a de que na outra mão tivessem também o Livro, tal como S. Paulo, exemplo a que recorria a fim de não ofender os olhos mais delicados: em uma mão o Livro para doutrinar e na outra a espada para defender. Deviam ser assim os pastores da Igreja de Cristo, pois só quem apascenta e defende é pastor; e quem só apascenta e não defende, não! Não agir nestes termos seria desrespeitar a ordem de Cristo a Pedro e permitir que as portas do inferno prevalecessem sobre as do Céu.

O exemplo mais conhecido era o da escravatura sem título legítimo dos índios americanos, caso patente em que a prisão do corpo se opunha à liberdade e dignidade do espírito, recusando-se Vieira a separar os dois caminhos, entregando ao Estado o cuidado do corpo e à Igreja o das almas. Como religioso, dizia que lhe seria fácil capitular perante tal separação, mas que se assim fizesse tornaria-se um mercenário, e não era esse o governo de Cristo. Acabou por conseguir do rei uma lei que proibia totalmente a escravatura dos índios, mesmo nos casos legítimos postulados pelos juristas escolásticos das nossas Universidades de

Coimbra e Évora, a fim de estancar o apetite animal dos colonos. Considerem-se também os seus verdadeiros ensaios sobre a cegueira dos poderosos da terra com que salpicou as suas cartas e sermões: expondo as misérias e injustiças do mundo, que eram tantas, perguntava aos príncipes, reis e imperadores se as viam ou as não viam? E se as viam, como não as emendavam? E se as não emendavam, como as viam? Concluiu, então, que estavam cegos, enredando-os num dilema – a que os antigos sofistas, mestres da argumentação, chamavam «argumento cornudo», por vir armado com duas pontas, em que necessariamente sucumbiriam os arguidos. A consumação do reino de Cristo na Terra passava, pois, por pôr aos ombros dos línces o encargo da autoridade, removendo o poder das cabeças pequenas das toupeiras (estas metáforas, obviamente, são de Vieira), e quem devia transmitir essa autoridade aos línces eram os povos, que por natureza a detinham, e nesse pacto lhes davam também o direito de celebrar a paz e a guerra, acabando estes, depois de convertidos ao cristianismo, por reunir-se em assembleia universal, e por consenso reconhecer a autoridade suprema, no temporal, do imperador do mundo, que a exerceria como instrumento do poder temporal de Cristo. É este um dos aspetos interessantes do seu pensamento: Vieira considerava que o império universal resultaria de um pacto, aliança e assentimento ou consenso geral, expresso em união ou «ajuntamento» dos reis dos povos do mundo.

Que ensinamentos podemos retirar, hoje, dos seus escritos?

A resposta a esta pergunta só por soberba poderia ser penitória. É daquelas lições que cada um terá que tirar, partindo da experiência de uma leitura pessoal. Em todo o caso, e em termos necessariamente subjetivos e impressionistas, arriscaríamos nomear, em primeiro lugar, a atitude subjacente ao apostolado, que é a da abnegação e a da entrega, a da labareda da alma, a da vitória sobre as coisas mínimas, excedendo-se e «levantando-se a si sobre

si», capacitando-se assim para romper por trabalhos e perseguições, persistindo sempre, não desistindo nunca. Viver por isso, em cada dia a eternidade, e a morte, no seu caso, poderia até ser um fim, mas foi antes o cais da partida para uma segunda perpetuidade. Viver então, graças a um grande projeto, duas perpetuidades, uma neste mundo até ao fim da vida e outra no outro sem fim. Não é fácil, mas deve valer o esforço. Em consequência, a dimensão não apenas teórica, mas também prática do humanismo universalista, que no seu caso particular era um humanismo cristão. Vieira fez desde muito cedo uma opção pela verdade e em função dela construiu o seu mundo e hierarquizou os valores que o preenchiam. Mas a partir daí procurou viver um ideal de universalidade com o espaço possível para a tolerância, pois sabia que procurar a todo o custo a pureza da fé conduziria a extremos incompatíveis com a bondade divina. Explicou então que a árvore do cristianismo daria mais copiosos frutos se o seu tronco fosse «ferido», para que nele se enxertassem as diferenças dos povos. Pretendeu trazer os homens ao redil da Igreja, mas respeitando ritos, tradições, costumes ancestrais. Lembrou que não há povos maus ou bons, mas indivíduos maus ou bons;

que o sangue é o que Deus dá a cada um, sem eleição de quem o tomou; que a cor da pele é um mero acidente geográfico sem fatais consequências sociais ou causas metafísicas, por nascerem uns mais perto do Sol do que outros; que o poder político tendo origem em Deus, radica na razão natural, comum a todos os povos e comunidades, e que portanto todas as soberanias indígenas, mesmo que embrionárias, têm que ser respeitadas, no quadro do direito das gentes, a que hoje chamaríamos direito internacional. Aliás, a esse respeito, lembrou ao rei de Portugal, D. João IV, que as grandes potências só respeitam os tratados que conosco assinaram enquanto forem da sua conveniência, e que esperar o contrário seria querer emendar o mundo, negar a experiência e esperar impossíveis. Mas não se rendeu, como Maquiavel, ao que as coisas são, preferindo lutar pelo que devem ser. Por isso, procurou emendar o mundo, negar a experiência (que conhecia bem) e realizar o que parecia impossível. Talvez seja essa a sua lição sempre atual. ●

1-Entrevista realizada originalmente para a edição nº208 da Revista do Círculo de Leitores no âmbito da divulgação da *Obra Completa do Padre António Vieira* – onde foi publicada parcialmente.

CARTÓRIO NOTARIAL DE SUSANA LOPES TEIXEIRA

Av. Nova Cidade, nº 19 – r/c
9.300 – 113 – CÂMARA DE LOBOS
Telef. 291 942 116 – Fax 291 941 629
E-mail: notaria.silt@mail.telepac.pt

(publicado no Tribuna da Madeira a 12-04-2013)

Certifico, para fins de publicação que por escritura outorgada hoje, a folhas 28 do Livro de notas para escrituras diversas número 80-A, deste Cartório, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, de **Dimitrios Hatziorfanos**, NIF 213 170 450, divorciado, natural de Atenas – Grécia, de onde é nacional, residente à Rua Caridade Pestana, número 36, Bica de Pau, freguesia de São Gonçalo, concelho do Funchal, na qual se afirma dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, de uma quota do valor nominal de quinhentos euros, na sociedade comercial por quotas, denominada **“DIMITRIOS – METALÚRGICA E METALOMECÂNICA LDA”**, pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o número cinco um zero sete quatro cinco sete três, com sede social à Rua Caridade Pestana, número 36, freguesia de São Gonçalo, concelho do Funchal, com o capital social, integralmente realizado, de cinco mil euros, representado por duas quotas, a mencionada quota do valor nominal de quinhentos euros que se encontra registada na referida Conservatória a favor de Elena Harggst, divorciada, entretanto falecida e outra quota do valor nominal de quatro mil e quinhentos euros, pertence e registada na dita Conservatória a favor do ora outorgante.

Que o justificante adquiriu a referida quota no ano de mil novecentos e noventa e seis por doação verbal realizada pela referida Elena Harggst, a qual entretanto faleceu no ano de mil novecentos e noventa e sete – conforme assento de óbito número 240 de quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e sete da Conservatória do Registo Civil do Funchal, sem que nunca se tivesse titulado aquela transmissão.

Que ele outorgante desde a data da aquisição da dita quota sempre actuou como seu dono e legítimo possuidor, sendo por todos considerado como tal, deliberando sobre a vida da sociedade, recebendo os lucros correspondentes, sem oposição de ninguém.

Que assim por si está desde o referido ano na posse titulada da quota de boa fé, e por forma pública contínua e pacífica tendo-a portanto adquirido por usucapião.

Está conforme o original aqui narrado por extracto.
Câmara de Lobos, vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e treze.

A NOTÁRIA,
SUSANA LOPES TEIXEIRA

PUB